

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 25/08/2023 | Edição: 163 | Seção: 3 | Página: 137

Órgão: Ministério da Previdência Social/Conselho de Recursos da Previdência Social

EDITAL Nº 5 CRPS/SEPREV/MPS, DE 22 DE AGOSTO DE 2023

SELEÇÃO DE CONSELHEIROS REPRESENTANTES DE GOVERNO DO CRPS

A Presidente do Conselho de Recursos da Previdência Social- CRPS, no uso de suas atribuições legais, torna pública, no âmbito do CRPS, abertura de inscrições para provimento de 136 vagas de conselheiros representantes do governo, entre servidores públicos ativos, para ter exercício nas Juntas de Recursos, Composições Adjuntas e Câmaras de Julgamento dos Estados e do Distrito Federal.

I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 Apresente seleção será regida por este edital, observado o disposto no Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999, e no Regimento Interno do CRPS, Anexo da Portaria MTP nº 4.061, de 12 de dezembro de 2022.

1.2 O edital destina-se ao provimento de vagas de conselheiros representantes de governo, existentes nas Juntas de Recursos e Composições Adjuntas.

1.3 Podem concorrer às vagas servidor público ativo da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal que, caso selecionado, seu exercício ficará condicionado à autorização do órgão de origem, com a consequente cessão.

1.4 O presente processo seletivo terá validade de 6 meses, prorrogável por igual período, a contar da homologação das inscrições.

II - DAS VAGAS

2.1 Serão preenchidas as vagas existentes nas seguintes unidades, conforme abrangência:

Unidade	Vagas	Abrangência (UF)
1ª Junta de Recursos	5	Amazonas
2ª Junta de Recursos	3	Ceará
3ª Junta de Recursos	4	Pernambuco
4ª Junta de Recursos	2	Bahia
5ª Junta de Recursos	3	Brasília
5ª Junta de Recursos (1ª Composição Adjunta)	2	Brasília
5ª Junta de Recursos (2ª Composição Adjunta)	3	Brasília
6ª Junta de Recursos	2	Goiás
6ª Junta de Recursos (1ª Composição Adjunta)	7	Goiás
7ª Junta de Recursos	2	Minas Gerais
7ª Junta de Recursos (1ª Composição Adjunta)	4	Minas Gerais
8ª Junta de Recursos	2	Minas Gerais
9ª Junta de Recursos	3	Minas Gerais
10ª Junta de Recursos	4	Rio de Janeiro
10ª Junta de Recursos (1ª Composição Adjunta)	4	Rio de Janeiro
10ª Junta de Recursos (2ª Composição Adjunta)	6	Rio de Janeiro

10ª Junta de Recursos (3ª Composição Adjunta)	5	Rio de Janeiro
11ª Junta de Recursos	4	Rio de Janeiro
11ª Junta de Recursos (1ª Composição Adjunta)	5	Rio de Janeiro
12ª Junta de Recursos	4	Rio de Janeiro
13ª Junta de Recursos	2	São Paulo
13ª Junta de Recursos (1ª Composição Adjunta)	6	São Paulo
13ª Junta de Recursos (2ª Composição Adjunta)	5	São Paulo
14ª Junta de Recursos-FAP	1	Nacional
15ª Junta de Recursos (1ª Composição Adjunta)	5	São Paulo
15ª Junta de Recursos (2ª Composição Adjunta)	5	São Paulo
16ª Junta de Recursos	5	Paraná
17ª Junta de Recursos	4	Santa Catarina
18ª Junta de Recursos	1	Rio Grande do Sul
19ª Junta de Recursos	2	Maranhão
20ª Junta de Recursos	2	Piauí
21ª Junta de Recursos	2	Paraíba
22ª Junta de Recursos	4	Mato Grosso do Sul
23ª Junta de Recursos	5	Mato Grosso
24ª Junta de Recursos	4	Espírito Santo
25ª Junta de Recursos	3	Sergipe
26ª Junta de Recursos	2	Alagoas
27ª Junta de Recursos	1	Rio Grande do Norte
28ª Junta de Recursos	2	Pará
29ª Junta de Recursos	3	Rondônia

2.2 Os processos de recurso analisados não se restringem à área de abrangência territorial das unidades, podendo ser julgados aqueles provenientes de todo o país.

III - DOS REQUISITOS

3.1 Os candidatos devem:

- a) ser servidor público ativo da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;
- b) ter anuência da chefia imediata para a possível cessão ao CRPS.
- c) estar no gozo dos direitos políticos;
- d) estar em dia com as obrigações eleitorais;
- e) estar em dia com as obrigações do Serviço Militar, para os candidatos do sexo masculino;
- f) possuir formação em Direito;

IV - DAS ATRIBUIÇÕES E REMUNERAÇÃO

4.1 O conselheiro terá exercício, inicialmente, nas Unidades Julgadoras de 1ª instância.

4.2 O exercício da atividade de conselheiro será realizado preferencialmente de forma remota, podendo a qualquer momento haver convocação para comparecimento à unidade, conforme interesse da administração.

4.3 O conselheiro aprovado terá mandato de 3 anos, conforme art. 30 da Portaria MTP nº 4.061, de 12 de dezembro de 2022, que aprovou o Regimento Interno do CRPS.

4.3.1 O candidato selecionado será submetido a período de avaliação nos primeiros seis meses de exercício do mandato.

4.3.2 Será oferecida capacitação dentro do período de que trata o item 4.3.1;

4.3.3 Ao final do período de que trata o item 4.3.1 será realizada avaliação pelo Comitê de que trata o §4º do art. 28 do Regimento Interno do CRPS, tendo como critérios a quantidade e a qualidade dos relatórios e votos produzidos, bem como assiduidade, pontualidade, flexibilidade e disponibilidade para atuar como conselheiro, dentre outros possíveis critérios.

4.4 O conselheiro terá como atribuição analisar processo de recurso, inclusive requisitando diligências, quando necessário, até sua inclusão em pauta, assegurando aos jurisdicionados o contraditório e a ampla defesa, sendo obrigatório a observação da produtividade mínima prevista em regimento próprio, atualmente em 80 processos mensais.

4.5 O Conselheiro representante de governo irá afastar-se de suas atividades no órgão de origem e passará a prestar serviços ao CRPS enquanto durar a cessão.

4.6 O servidor cedido para exercício como conselheiro representante de governo terá como remuneração aquela do órgão de origem, sem ônus financeiro para o MPS.

V - DA INSCRIÇÃO

5.1 A inscrição para as vagas de conselheiro representante de governo pode ser feita:

a) Pelo próprio servidor interessado ou

b) Pelas autoridades indicadas no art. 27, § 8º, do Regimento Interno do CRPS.

5.2 O pedido de inscrição deverá ser feito através do e-mail seleção.crps@economia.gov.br, em até 30 dias da publicação do presente edital, contendo:

a) nome completo do interessado, matrícula, órgão de origem e local de exercício;

b) diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação de nível superior em Direito, emitido por instituição de ensino credenciada pelo Ministério da Educação (MEC). No caso de a graduação ter sido realizada em instituição estrangeira, caberá exclusivamente ao candidato a responsabilidade de apresentar a revalidação do diploma exigida pelo MEC, nos termos do art. 48 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996;

c) currículo;

d) autorização da chefia imediata para a cessão.

5.2.1 O assunto do e-mail de que trata o item 5.2 deverá ser "Conselheiro Representante de Governo - Nome do candidato".

5.3 O presidente do CRPS encaminhará lista homologada pelo Serviço de Apoio aos Órgãos Colegiados para o Ministro de Estado da Previdência Social, que procederá à escolha, dentro das vagas disponíveis.

5.4 Será excluído da seleção o candidato que não atender a quaisquer dos requisitos enumerados no item 3.1. deste edital, bem como deixar de enviar qualquer dos documentos exigidos no item 5.2.

5.5 O candidato, ao permitir sua inscrição, aceita que os seus dados pessoais, sensíveis ou não, sejam tratados e processados de forma a possibilitar a efetiva execução da seleção e manifesta ciência sobre a possibilidade de divulgação de seus dados em listagens e resultados no decorrer do certame, bem como de que tais informações poderão ser encontradas na rede mundial de computadores por meio dos mecanismos de busca atualmente existentes, para o fiel cumprimento da publicidade dos atos da Administração Pública, respeitados os termos da Lei nº 13.709/2018.

5.6 O CRPS não se responsabiliza pelo não recebimento da documentação indicada no subitem 5.3.1, tanto por não cumprimento do prazo para envio, quanto por qualquer situação que frustre a chegada dessa documentação a seu destino.

VI - DA SELEÇÃO

6.1 O Serviço de Apoio aos Órgãos Colegiados validará a documentação apresentada e encaminhará ao presidente do órgão, que homologará as candidaturas.

6.2 A relação das inscrições homologadas de que trata o item anterior será divulgada na página oficial do CRPS (<https://www.gov.br/previdencia/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/conselhos-e-orgaos-colegiados/conselho-de-recursos-da-previdencia-social/contato>) no prazo máximo de até 30 dias a contar do encerramento das inscrições.

6.3 A presidência do CRPS encaminhará lista homologada para o Ministro de Estado da Previdência Social, que procederá à escolha, dentro das vagas disponíveis.

6.4 As nomeações serão publicadas no mesmo local de que trata o item 6.2, ao longo do prazo de validade do certame.

VII - DOS RECURSOS

7.1 Os recursos quanto à homologação das inscrições podem ser encaminhados para o endereço selecao.crps@economia.gov.br, em até 2 dias da divulgação de que trata o item 6.2.

7.2 O resultado dos recursos será divulgado em até 10 dias após o prazo final de interposição.

VIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1 Será possível a nomeação para exercício em outra unidade julgadora, diferente da escolhida no momento da inscrição, desde que não tenham sido preenchidas as vagas iniciais para aquela unidade.

8.2 O candidato fica ciente de que o CRPS deverá permanecer com os seus dados pelo período da vigência da seleção expresso neste edital.

8.3 A homologação da inscrição do candidato no processo seletivo constitui mera expectativa de direito à nomeação, ficando este ato condicionado ao interesse e conveniência da Administração, disponibilidade orçamentária e demais disposições legais.

ANA CRISTINA VIAINA SILVEIRA

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.